

A REDESCOBERTA RECÍPROCA? – ANÁLISE DAS RELAÇÕES BRASIL, ORIENTE MÉDIO E PMDR

Agni Prado COSTA¹

Gabriela Granço do AMARAL²

Lais de Oliveira PACINI³

RESUMO

Este estudo procura mostrar a postura internacionalista e multilateral da política externa brasileira, atualmente caracterizada por temas e prioridades como o Oriente Médio⁴. A necessidade de identificar parceiros estratégicos em um sistema internacional marcado por intensas disputas econômicas, principalmente, evidenciam um Brasil disposto a adotar a seletividade em suas alianças, configurando relações com os Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDR) como oportunidades de novos mercados e alianças políticas. Arranjos, reaproximações e desdobramentos na estratégia política e diplomática brasileira serão apontados, buscando a compreensão da formação de um novo mosaico de poderes dentro das relações internacionais contemporâneas.

Palavras-chave: Brasil, Oriente Médio/PMDR, Parceria Estratégica

Introdução

A virada do século teve mais do que um mero valor simbólico para a humanidade: trouxe consigo transformações importantes para os contextos econômicos e políticos que direcionariam o mundo a partir de então. A transferência de uma agenda prioritariamente econômica para a de segurança, inaugurada basicamente após o atentado terrorista aos Estados Unidos, foi uma das primeiras mudanças, pois permitiu que a atuação norte-americana se tornasse mais unilateral e, conseqüentemente, mais inquietante para os demais países. A política externa brasileira também evidenciou mudanças, afinal, “os novos constrangimentos sistêmicos internacionais demandaram a reformulação da estratégia de inserção internacional do Brasil.” (OLIVEIRA, 2005, p.1) A política externa do governo Lula buscou, assim, estratégias e mecanismos para que o Brasil exercesse um papel de maior “protagonismo” no sistema internacional, através de coalizões para a inserção dos países em desenvolvimento na esfera de atuação internacional e por meio de uma desenvoltura mais assertiva em questões de especial relevância para o interesse nacional.

¹ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista e pesquisadora do Grupo BRICs.

² Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista, pesquisadora do Grupo BRICs e bolsista pela Universidade Estadual Paulista

³ Discente do curso de Relações Internacionais da Universidade Estadual Paulista e pesquisadora do IGEPRI.

⁴ Trabalho orientado pela Professora Doutora Cristina Soreanu Pecequilo

Dentre estas questões podemos citar o contencioso das patentes farmacêuticas na OMC com a vitória brasileira e dos países em desenvolvimento e PMDRs. Tal situação ilustra o empenho do governo brasileiro em desenvolver relações multilaterais em prol de tais países. Nas palavras de Marcelo Oliveira:

“o governo Lula passou a considerar o multilateralismo como um movimento amplo de desconcentração e de novas regulamentações do poder no sistema internacional, de modo que fossem mais favoráveis aos países em desenvolvimento”. (OLIVEIRA, 2005)

Dessa forma, tendo base nas coalizões de lógica de geometria variável⁵ e a liderança regional do Brasil no âmbito das relações Sul-Sul⁶ será feita uma análise das parcerias estratégicas *Brasil–Oriente Médio e Brasil-PMDR*, pautando-se na importância destas regiões para o país, além do peso destas parcerias perante os países desenvolvidos nas questões internacionais.

A sugerida redescoberta do Oriente Médio e dos PMDRs parte de uma breve análise histórica e política das áreas envolvidas. A primeira região significava ponto pouco atrativo na ótica da política externa brasileira com um relacionamento marcado por alguns episódios de destaque até 1973. A intensificação da aproximação com o Oriente Médio, a qual preencheu certos vazios diplomáticos da atuação brasileira, está associada à crise energética da primeira metade da década de 70 e ao projeto nacional de desenvolvimento econômico. Foi somente com a crise ocasionada pelo aumento vertiginoso do preço do barril do petróleo, e após a Guerra do Yom Kippur que a postura da diplomacia brasileira sofreu uma inflexão, configurando hoje um dos temas prioritários de sua agenda. Com relação aos PMDRs, o questionamento é ainda mais intrigante, na medida em que representam o segmento mais pobre e fraco da comunidade internacional. Altamente suscetíveis aos choques externos e ondulações da economia mundial, ainda assim o Brasil abre suas exportações para tais localidades, na tentativa de explorar estes mercados. Ousadia e determinação marcam uma suposta redescoberta recíproca entre áreas profundas em suas diversidades e intensas em seus objetivos.

Atualmente pode-se ver uma superação da lógica político-militar e ideológica prevalecente no período da Guerra Fria, alcançando um patamar econômico, baseado em lucros, competitividade, sem, contudo abandonar questões essenciais como a de segurança nacional. Neste contexto, o Brasil tende a

⁵ Entende-se aqui como geometria variável o fato de não existirem parâmetros fixos entre as coalizões como, por exemplo, o que ocorre com a relação triangular entre EUA, Rússia e União Européia denominada triângulo clássico do sistema internacional.

⁶ Uma primeira hipótese considera as coalizões de tipo Sul-Sul, tais como G-20 e IBSA, como inscritas em uma lógica institucional-liberal, fruto de interdependência econômico-comercial e de interesses substantivos e convergentes no plano das negociações e do comércio internacional. Já numa segunda hipótese, as coalizões de tipo Sul-Sul inscrever-se-iam em uma lógica de cunho mais estratégico-ideológico do que fruto de interdependência econômico-comercial. (**Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul** – CONTEXTO INTERNACIONAL Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, p 473).

efetivar uma agenda de “arranjos instrumentalizáveis” (LESSA, 1998, p.36), ou seja, novas alianças estratégicas a fim de dar manutenção a uma postura ativa e mais autônoma dentro do sistema internacional. Saber aproveitar as oportunidades é elemento essencial na boa articulação da política externa do país. A importância no estudo dos temas que aqui serão abordados vai de encontro com o estudo dos grandes temas predominantes na agenda internacional hoje, como o terrorismo internacional, fluxos migratórios, desigualdade econômica e social dentre outros.

A percepção do interesse nacional que orienta a atuação internacional brasileira tem evidenciado a busca pela diversificação de “contatos” evitando assumir uma postura de total alinhamento à potência estadunidense. Para tanto, o país tem buscado se integrar nos fluxos econômicos mundiais além de trabalhar na construção de um perfil de atuação internacional próprio, atento às diversidades culturais e desvinculado de constrangimentos ideológicos como tem acontecido na maioria das questões relativas ao Oriente Médio. A diplomacia é assim, elemento essencial na consecução dos objetivos cruciais da política externa brasileira, desempenhando papel de destaque na definição de uma estratégia caracterizada por certa universalidade⁷. A manutenção de relações amistosas com a maioria dos países e adoção de um perfil mediador⁸ e cooperante tem sido características desta diplomacia, fato confirmado no convite para mediação de conflitos no Oriente Médio. Contudo, isto não quer dizer que não haja seletividade nas alianças. Definir prioridades, aproximações e distanciamentos conforme circunstâncias conjunturais faz parte de uma mesma estratégia.

O pragmatismo tem se revelado outro ingrediente essencial na construção das *Parcerias Estratégicas*⁹ brasileiras. Isto porque ele tende a evitar constrangimentos internacionais e defende os interesses do país. A escolha de “parceiros preferenciais” revela uma posição de responsabilidade e amadurecimento da política externa brasileira, sabendo ponderar qual o tratamento que cada parceiro deverá receber. Elencar conceitos essenciais a este trabalho é pauta imperativa para boa compreensão dos desdobramentos que serão apresentados. Nesse sentido, adotando a perspectiva de Cristina Pecequillo (2004), o *Sistema Internacional* é aqui compreendido como o meio no qual se processam as relações entre os diferentes atores que compõem o conjunto das interações sociais que se processam na esfera internacional. Os atores relacionam-se muitas vezes por meio de Coalizões, as quais são entendidas como grupos que se formam com propósito de barganha e negociações coletivas¹⁰. A formação de coalizões internacionais deve ser percebida no contexto de benefícios seletivos ou de lideranças políticas. A postura

⁷ Entende-se aqui por universalidade o aspecto variável e abrangente na estratégia de firmar parcerias e coalizões. Nesse sentido, a universalidade brasileira estaria pautada na diversificação.

⁸ A mediação é entendida como um processo que busca a resolução de situações de conflito, através do qual uma terceira pessoa neutra - o Mediador - auxilia as pessoas envolvidas a resgatarem o diálogo e construam uma solução. É um processo voluntário, no qual as decisões negociadas são de autoria das partes, sendo o Mediador um facilitador. ACCIOLY, H., NASCIMENTO E SILVA, G.E. do, CASELLA, Paulo. B. **Manual de Direito Internacional Público**. P.770. 17ª Edição. Ed. Saraiva. São Paulo.

⁹ A parceria estratégica deve ser vista como fruto da junção do perfil universalista com gotas de pragmatismo.

¹⁰ Refere-se a qualquer grupo de tomadores de decisão (*decision-makers*) que participam de uma negociação e que concordam em agir coordenadamente a fim de chegar a um consenso (*common end*) (Narlikar e Woods, 2001).

na conflagração destas coalizões pode assumir uma *Postura Defensiva*¹¹, marcada por protecionismo ou repulso à liberalização do mercado doméstico.

As grandes diferenças culturais entre os países, alinhamentos e alternativas, sugerem a criação de *Alianças Estratégicas* que ligam os atores em busca de alcançar objetivos comuns, vencer desafios futuros e diversificar oportunidades. O Brasil, desta forma, tem feito grande esforço no sentido de definir de maneira clara seus objetivos com relação a tais alianças, buscando promover a confiança entre as partes envolvidas. Aprender com os erros do passado e assumir postura mais coerente evitam um excesso de simplificação¹² nas relações bilaterais brasileiras, prevenindo ainda o prejuízo dos canais diplomáticos e a conseqüente não evolução no campo político do relacionamento.

Nesse sentido, cabe ressaltar que essas relações, principalmente aquelas referentes ao Brasil – Oriente Médio, já possuem respaldo e agendas específicas tanto para o Brasil quanto para os países que englobam a região. Existe um departamento chamado DOMA (Departamento do Oriente Médio e Ásia Central) que faz parte do Ministério das Relações Exteriores e que trata das relações específicas do Brasil com cada país, dividindo-os em DOM I, DOM II e DASC¹³. Todavia, será feita uma análise mais detalhada desta relação no Capítulo 1, no qual irá se discorrer sobre o histórico árabe-brasileiro, analisando temáticas como energia, litígios e resoluções de conflitos, petróleo, dentre outros. O Capítulo 2, por sua vez, abordará as relações Brasil-PMDR, no qual se procurará expor a cooperação social e política, além da abordagem econômica que está sempre presente. Por fim, nas Considerações Finais este trabalho pretende deixar claras as agendas *Brasil-Oriente Médio e Brasi-PMDR*, analisando quais as perspectivas para tais relações e quais as dificuldades que as englobam.

1. O Brasil e o Oriente Médio: *O desafio da paz em meio aos choques.*

O Oriente Médio é considerado há mais de cem anos como a região mais conflituosa do planeta, sendo integrada principalmente por três regiões: o Machreck, o Magreb e a Ásia Central¹⁴. Como área de confluência de três continentes (europeu, africano e asiático) ela abrange a Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Irã, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Omã, Síria, Turquia

¹¹ Em contraposição, “interesses ou posicionamentos ofensivos” equivalem a posturas que demandam maior liberalização às outras partes da negociação associadas à disposição de abrir o próprio mercado interno. O mesmo que dizer posições “internacionalistas”. (*Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul – CONTEXTO INTERNACIONAL* Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006, p. 468).

¹² Entende-se aqui que o Brasil não possuía uma política externa simples, mas sim simplista com relação aos PMDRs na medida em que não despedia grande atenção as questões desses países como, por exemplo, a pobreza. Somente a partir do momento em que tais localidades passaram a significar aos olhos do governo brasileiro, novos mercados consumidores e oportunidades de cooperação e “marketing” internacional do país é que o Brasil passou a adotar um perfil mais pró-ativo.

¹³ DASC é a divisão da Ásia Central. Tal subdivisão não será estudada especificamente neste trabalho pois está a margem do objeto de estudo do mesmo.

¹⁴ Machreck significa “Oriente” em árabe e compreende a área do Oriente Médio propriamente dito. Magreb quer dizer Ocidente em árabe, no norte da África e por fim a Ásia Central, que corresponde aos domínios do Afeganistão, Azerbaijão e a ex-Ásia Central Soviética. (VIZENTINI, p.97)

e os Territórios da Autoridade Palestina. Berço das mais antigas civilizações e detentor de grandes jazidas de petróleo e gás, o Oriente Médio tem sua história marcada por diversos antagonismos, conflitos e disputas de grande impacto nas relações internacionais.

Antes mesmo da Revolução Industrial, estas áreas já eram alvo de disputas pelo controle do petróleo e domínio de uma região estrategicamente localizada no globo. O capitalismo ocidental adentrou e abriu o comércio da região, abalando fortemente as estruturas artesanais locais além de gerar um empobrecimento primário acelerado de um modo geral. A política colonial efetivada por ingleses e franceses principalmente, incitaram a uma radicalização do nacionalismo árabe. As décadas de 1960 e 1970 evidenciaram uma nova dimensão nos conflitos do Oriente Médio, que se agravaram ainda mais. A Guerra dos Seis Dias constitui exemplo disto e colocou de fato o Oriente Médio em evidência no sistema internacional. O aumento do uso do petróleo pelas nações de todo o mundo, configurou uma situação mais complexa, dispondo novos recursos de política externa para a região.

A complexidade da questão palestina impede neste breve estudo uma análise mais profunda, contudo, vale uma sucinta retrospectiva histórica da região para que se possa entender a posição brasileira perante a mesma. A Segunda Guerra Mundial afetou diretamente o Oriente Médio e somada a perseguição desenfreada pelos judeus comandada por Hitler, impulsionou a migração dos mesmos para a Palestina, que desde 1920 via um aumento significativo da população judaica na região. A falta de um Estado próprio desencadeou um realojamento da população palestina em territórios vizinhos, evidenciando um grande problema com os refugiados.

Os Acordos de Oslo I e II, de 1993 e 1995 respectivamente, foram os responsáveis pela tentativa mais eficaz de estabelecer a paz na região, pois firmava a autonomia palestina na Faixa de Gaza e em parte na Cisjordânia, configurando também a ANP como entidade política e administrativa destes territórios ocupados. Todavia, mudanças nas lideranças, tanto palestina quanto israelense, alteraram os rumos das negociações, que se viram mais uma vez num impasse. A fim de retomar os processos de paz no Oriente Médio, foi firmada a Conferência de Annapolis¹⁵, realizada em novembro de 2007. Esta reuniu países como Brasil, México, Índia e África do Sul, a fim de “relançar as relações entre israelenses e palestinos” segundo o presidente da Autoridade Nacional Palestina(ANP), Mahmoud Abbas, caracterizando-se assim por uma histórica participação brasileira no processo de paz da região.

Caracterizar a política externa da Palestina de forma um tanto quanto simples e genérica, é reafirmar sua constante busca por suas tentativas de estabelecimento de um Estado próprio, através de diversas negociações de paz com o Estado de Israel. O Brasil mantém a posição de defensor clássico da criação de um Estado Palestino sem negar a necessidade do Estado de Israel. Nos moldes pensados pelo

¹⁵ “As principais questões a serem negociadas no seguimento da Conferência, com vistas à consecução de um acordo de paz, referem-se ao estatuto de Jerusalém; à questão dos refugiados palestinos; aos assentamentos judaicos nos territórios ocupados; ao traçado das fronteiras; à libertação de prisioneiros palestinos detidos em Israel; à segurança de Israel e aos recursos hídricos.” (MRE, <http://www2.mre.gov.br/doma/dasc.htm> Acessado em 8 de Setembro de 2009)

governo brasileiro, a efetivação de um estado palestino deveria se calcar em um território geograficamente coeso e economicamente viável, procurando garantir a paz com Israel. O Brasil reconhece ainda a OLP como uma representante legítima do povo palestino e dá manutenção a um diálogo contínuo com a ANP. Em suma, este país busca sempre criar condições e apoiar o estabelecimento de um ambiente favorável as negociações de paz a fim de ampliar o diálogo travado entre os palestinos e israelenses¹⁶.

Evidenciando a atitude em prol de uma maior humanização das relações entre estas nações, o Brasil contribuiu com US\$ 500 mil para financiar projetos humanitários na Conferência de Estocolmo sobre a Situação Humanitária nos Territórios Palestinos, em 2006. O país defende ainda um maior comprometimento e esforço por parte de toda a comunidade internacional na resolução principalmente do conflito entre Israel e Palestina, justificando que os mesmos refletem conseqüências em âmbito mundial que devem ser amplamente discutidas e evitadas. O problema específico dos refugiados e dos direitos humanos são temas constantes na agenda das preocupações brasileiras.

Desta forma, acreditando na eficácia dos meios diplomáticos para solução de conflitos e questões extremamente relevantes no cenário internacional como os conflitos ocorridos em Gaza, o governo brasileiro tem se empenhado em colaborar para a formação de um ambiente favorável à criação de respostas rápidas e eficientes para a questão palestina. A retomada de negociações e a apresentação de propostas justas são elementos essenciais que devem ser impulsionadas pelo Governo do Egito e pela União Européia no seu incentivo à negociação entre as partes envolvidas. O Brasil tem mostrado ainda, a esperança de que o novo Enviado Especial norte-americano para a Paz no Oriente Médio, Senador George Mitchell esteja bastante disposto a estreitar o engajamento estadunidense baseado em amplo diálogo. Importante também é se reconhecer que além do conflito árabe-israelense, há um permanente conflito entre países árabes conservadores e progressistas.

Com o fim da Guerra Fria o alinhamento da política externa israelense à potência norte-americana se intensificou, sendo até hoje um dos traços mais característicos da mesma. Contudo, a tradicional parceria estratégica mantida por Israel com os Estados Unidos, não impede um bom relacionamento com a Europa, que é outro grande parceiro comercial do país. No âmbito do Oriente Médio, o desenvolvimento do parque nuclear do Irã sugere também preocupação para os israelenses. No que tange ao relacionamento entre Brasil e o Estado de Israel, é importante lembrar que no ano de 1974, ano em que se proclamou a partilha do mandato britânico sobre a Palestina na Assembléia Geral das Nações Unidas, o presidente da mesma era o então Ministro das Relações Exteriores brasileiro Oswaldo Aranha. O Brasil foi um dos primeiros países a reconhecer o Estado de Israel em 1949 e desde então assumiu um

¹⁶ Em confirmação a isto, o Ministro Celso Amorim festejou os entendimentos alcançados na Conferência de Madri (1991), os Acordos de Oslo (1993 e 1995), a Iniciativa Árabe de Paz de Beirute (2002), o chamado Mapa do Caminho para a Paz (2003) e a Iniciativa de Genebra (2003).

compromisso moral de contribuir para a criação de um Estado Palestino. O governo brasileiro não pretende assim assumir um posicionamento parcial entre esta questão.

Fortalecidas por cooperações técnicas, científicas e tecnológicas, as relações bilaterais entre o Brasil e Israel constam de longa data. Exemplo disto foi a contribuição deste último governo para o desenvolvimento da agricultura no nordeste brasileiro desde 1960. A prioridade na política externa delineada pelo Governo do atual presidente Lula, definiu o Oriente Médio como principal área de atenção e atuação. Isto aproximou ainda mais o país a Israel, ao mundo árabe e islâmico. Com relação a Israel especificamente, seu relacionamento com o Brasil é calcado em vínculos humanos e culturais a fim de reconhecer a tradicional presença judaica no país. Um Acordo de Livre comércio foi assinado em 2007 com o Mercosul, sendo o primeiro parceiro extra-regional a firmar esta parceria com o bloco.

O Egito é outro país que exerce uma grande influência política não só no Oriente Médio, mas também na África. Suas instituições intelectuais e islâmicas estão atualmente no centro do desenvolvimento social e cultural da região. Ademais, a sede da Liga Árabe encontra-se no Cairo e tradicionalmente, o secretário-geral desta organização é um egípcio. O Egito foi o primeiro país árabe a estabelecer relações diplomáticas com Israel depois da assinatura dos acordos de Camp David¹⁷. A visita do Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito ao Brasil, Ahmed Aboul Ghreit, neste ano de 2009 significou a assinatura de diversos atos visando ações conjuntas de cooperação técnica em Países da África além de promover o desenvolvimento sustentável como meio de obter progresso social e econômico nos países em desenvolvimento do continente africano. Ambos os países reconhecem assim, a necessidade de aprofundar o conhecimento no âmbito das relações bilaterais e da política exterior dos dois países fortalecendo as áreas de cooperação entre as partes.

Objetivando reforçar e coordenar os laços econômicos, sociais, políticos e culturais entre seus membros, assim como mediar disputas entre eles a Liga Árabe tem se mostrado outra importante parceira estratégica para o Brasil. Criada inicialmente pelo Egito, Iraque, Síria, Líbano, Transjordânia, Arábia Saudita e Iêmen, abrange atualmente 22 Estados com uma população de mais de 200 milhões de pessoas. Ela tem desempenhado papel importante na estabilização política do Líbano. Como solução ao conflito entre Israel e Palestina, a Liga Árabe segue sustentando a Iniciativa Árabe para a Paz, lançada na Cúpula de Beirute renovada em 2007, que apresenta a Israel a normalização das relações com o mundo árabe em troca da devolução dos territórios ocupados aos palestinos. Tal atitude foi aceita com prestígio pelo Brasil.

Nesse sentido, o Governo brasileiro reconhecendo a relevância e complexidade da Liga e visando estreitar os laços de cooperação e aumentar o conhecimento acerca das nações árabes, realizou a Cúpula América do Sul-Países Árabes (ASPA), em maio de 2005. O Brasil acredita possuir um compromisso

¹⁷ A partir do aumento dos preços petróleo ocorrido nos anos 70, os Estados Unidos aumentavam sua influência na região do Oriente Médio. Esta situação levou países árabes moderados, mais especificamente Egito e Arábia Saudita a articularem uma guerra com fins limitados contra Israel, a fim de garantir um maior apoio por parte dos EUA. Israel assina acordo de paz com o Egito em Camp David em 1978.

político de cooperar e se integrar cada vez mais ao mundo árabe, considerando os aspectos culturais que influíram para sua formação multicultural atual. O estreitamento de laços entre estes países representa à nação brasileira um entrelaçamento de civilizações, nas palavras do Ministro Celso Amorim¹⁸, retomando ainda as anciãs influências sofridas pela migração de árabes no estado brasileiro.

O sentido da realização desta cúpula constitui não só uma aproximação cultural, mas também de resultados práticos para ambas as partes como o caso do seminário empresarial de caráter inovador envolvendo mais de duzentos empresários árabes e outros trezentos sul-americanos, conferindo impacto potencial aos seus resultados. Ademais, o Seminário sobre Semi-Árido e Recursos Hídricos realizado em 2004, um ano antes da cúpula e parte do processo preparatório da mesma, identificou várias áreas potenciais de cooperação científica e tecnológica, em regiões áridas ou semi-áridas, comuns a países árabes e da América do Sul. A boa disposição de todas as delegações no sentido de obter um texto equilibrado para a Declaração final proveniente destes eventos marcou uma experiência bastante válida, na medida em que permitiu a aproximação de posições e melhor conhecimento mútuo de ambas as partes negociadoras. As trocas comerciais entre o Brasil e parceiros árabes cresceram aproximadamente 150% desde a realização da I Cúpula ASPA, segundo o Ministério das Relações Exteriores do Brasil. O atual presidente do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, declarou na abertura da Cúpula que ela exprime o compromisso deste país em trabalhar de forma pioneira a fim de aproximar estas regiões que apesar de geograficamente distantes possuem pontos convergentes como a luta pelo desenvolvimento e justiça social, e completou: “É uma reunião ousada por seus objetivos e ambiciosa em suas aspirações”.

Mostrando uma tendência negociadora, a Síria foi sede da Cúpula Árabe em 2008 na qual adotou conduta favorável ao estabelecimento da paz na região. O Brasil, nesse sentido, tem mostrado empenho em manter os laços históricos existentes com este aliado árabe, destacando no governo atual uma maior cooperação por meio da realização da ASPA. As trocas bilaterais entre Brasil e Síria tem se dado principalmente na área da educação. A Jordânia representa outro país com papel importante para o Brasil ao interceder junto a capital iraquiana para que brasileiros pudessem sair de territórios em conflito no país. Em reconhecimento a este importante episódio na relação diplomática entre os dois países, o Comitê Nacional para os Refugiados decidiu reassentar, no Brasil um grupo de refugiados palestinos oriundos do campo de Ruweished, na Jordânia.

Com recente retomada do processo institucional, o Líbano conserva como prioridades de sua política externa a presença israelense no sul de seu território, somada ao grande contingente de palestinos e suas delicadas relações com a Síria. Marcadas por um histórico de cooperação e conhecimento, as relações entre Brasil e Líbano são sinalizadas por estreitos laços humanos provenientes principalmente da grande massa de imigrantes libaneses no país, além da solidariedade com os conflitos que o atingem.

¹⁸ Palavras do Ministro Celso Amorim na abertura da reunião de chanceleres da América do Sul e Países Árabes em 09/05/2005.

Diversos brasileiros morreram nos conflitos entre Israel e Hezbollah em território libanês. Ao apoiar iniciativas concretas para mediação e resolução destes e outros conflitos, o Brasil participou da Conferência de Estocolmo para Reconstrução do Líbano em 2006 e da Conferência de Paris no ano seguinte, ajudando no financiamento de projetos bilaterais de cooperação técnica.

O governo brasileiro pretende assim promover uma maior equidade no sistema de comércio tornando-o mais multilateral, já que ainda é marcado por profundas assimetrias e distorções. Reajustar a geometria das relações econômicas e comerciais mundiais e traçar novos e ousados caminhos que busquem alcançar as vantagens econômicas e sociais frutos do desenvolvimento, são movimentos que tem marcado a política externa do Brasil. A colaboração com os organismos internacionais também faz parte dos mecanismos utilizados para consecução do objetivo de fortalecer um espaço político favorável a efetivação de um mundo mais pacífico e democrático.

Outra região muito importante do Oriente Médio em suas relações bilaterais com este país é a que engloba os países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG), o Irã e o Iraque, relações essas que são, primordialmente, econômicas. O CCG tem como membros Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã, além de Iêmen, como país observador. Criado em maio de 1981, envolve países que, juntos, obtêm 75% das reservas mundiais de petróleo e 17% das de gás natural. Possuem acordo de cooperação nos âmbitos econômico-financeiros, de segurança e defesa, além de programas educacionais, culturais, de saúde e diversos outros.

Com a Arábia Saudita, maior economia do mundo árabe, o Brasil possui um forte comércio ligado ao setor alimentício, sendo ela, a que mais importa produtos agrícolas brasileiros entre os países do CCG. A relação comercial com o Bahrein também é bastante expressiva. Além do petróleo, esse país tem diversificado sua economia com outros investimentos, entre eles, a indústria de alumínio, a naval e a de satélites de comunicação. Devido a isso, é grande importador do minério de ferro brasileiro. Os demais países: Catar, Emirados Árabes, Kuwait, Omã e o observador, Iêmen, também são grandes importadores. Esse bloco, em busca de maior exposição no sistema internacional e menor dependência do comércio petrolífero, adota, hoje, uma política expansionista, estabelecendo laços amistosos e de relações comerciais com os mais diversos países e blocos diversificando, também, sua economia. Entre suas ações está a realização de um encontro anual com os chanceleres dos países do Grupo do Rio¹⁹, um acordo de cooperação econômica com o MERCOSUL, além de acordos concluídos ou em andamento com outros países e blocos.

Durante a ASPA, em 2005, o Conselho assinou com o MERCOSUL um Acordo-Quadro de Cooperação Econômica que obtém, em suas cláusulas, a possibilidade de uma área de livre comércio (ALC). Em 2006, essas negociações avançaram em relação ao livre-comércio de bens, serviços e

¹⁹ São países membros do Grupo do Rio: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. A Guiana representa adicionalmente a Comunidade do Caribe no Mecanismo.

investimentos. Durante o segundo encontro da ASPA, realizado no Catar, MERCOSUL e CCG divulgaram um comunicado conjunto onde afirmam que continuam em andamento as negociações para o estabelecimento de uma ALC. Esse acordo é muito importante para a política externa brasileira, pois, além de ser compatível com a diretriz de Lula de estreitar as relações com os parceiros árabes, também vem de encontro com o preceito de que, relacionando-se com a maior diversidade de nações possível, o país diminui sua dependência comercial dos Estados Unidos e torna-se menos suscetível a pressões externas.

As relações com Irã e Iraque são bastante distintas. O Irã possui uma relação parecida com a dos países do CCG, sendo grande importador do Brasil e exportando muito pouco quando comparado às importações, sobretudo tapetes. Já com o Iraque a relação comercial é bem diferente, uma vez que o Brasil é o grande importador. O relacionamento comercial entre os dois países é bastante antigo visto, por exemplo, no primeiro acordo comercial firmado em 1939 onde se estabelecia o princípio de nação mais favorecida pelo Brasil a todos os produtos naturais ou manufaturados originários ou de proveniência do Iraque obtendo tratamento recíproco.

Até meados dos anos 70, o Brasil era grande dependente de importação de petróleo, porém, nos anos 80, o país passou a produzir grande parte do produto consumido, a diversificar seus exportadores e os preços do mesmo diminuíram ao redor do mundo, diminuindo a dependência do petróleo importado. Do início do século XX até os anos 80, a coalizão entre os dois países era “especial” e, mesmo em tempos de turbulência no sistema internacional, o Brasil tinha seu fornecedor fiel. Após a Guerra do Golfo, essa relação diminuiu de maneira expressiva, fazendo com que o Brasil se distanciasse do Iraque, principalmente devido a pressões externas, mesmo que indiretas, sobretudo, dos Estados Unidos. A relação continua, contudo, em menor escala do que já foi um dia, sendo o Iraque, ainda hoje, importante fornecedor petrolífero. Entretanto, o futuro dessa relação tende a ter uma diminuição gradativa.

Com as novas descobertas brasileiras relativas à camada do pré-sal, a futura produção de petróleo duplicará e provavelmente a dependência externa irá diminuir. Pensando nos países desta região do Oriente Médio, é mais vantajoso ao Brasil estreitar laços com os países do Conselho de Cooperação do Golfo e com o Iêmen do que com o Iraque e Irã pois eles, juntos, formam uma parcela bastante relevante do destino das exportações brasileiras, além de serem países mais estáveis politicamente e com uma “melhor imagem” no sistema internacional, mantendo o status brasileiro perante os demais países do globo, sem que este crie inimigos ou perca parceiros devido à aproximação.

2. Os Países de Menor Desenvolvimento Relativo: atrações e vulnerabilidades.

Os PMDR representam os países mais pobres e fracos do sistema internacional atual. Por possuírem grau de extrema pobreza, problemas econômicos estruturais e dificuldade de crescimento, têm um alto índice de vulnerabilidade e são facilmente abalados pelos choques externos ou mudanças

repentinas de conjuntura. A lista atual dos países que compõe esse grupo contém quarenta e nove países: trinta e três africanos, quinze asiáticos e um latino-americano. Os critérios para que um país adentre o rol desse grupo, resumidamente, são: baixa renda *per capita* da população, baixas taxas referentes ao capital humano- levando-se em consideração o IDH- e a vulnerabilidade econômica externa, avaliada pelo tamanho da população, instabilidade na agricultura, propensão a desastres naturais, dentre outros,

O histórico dos PMDR remonta os anos de 1960, quando a ONU passou a enxergar os países mais vulneráveis com especial atenção, iniciando um programa de ajuda para que superassem e sanassem suas necessidades mais urgentes. A primeira Conferência das Nações Unidas pelos Países de Menor Desenvolvimento Relativo aconteceu em Paris, em 1981, e como resultado teve um programa de ações chamado “Substantial New Programme of Action (SNPA) for the 1980s for the LDCs”. A segunda, também realizada em Paris, foi em 1990 e lançou um programa para a década. A terceira e mais recente ocorreu em Bruxelas e iniciou o programa para 2001-2010, o qual está ainda em vigor.

No período de 2002-2008, os PMDR alcançaram um notório crescimento de seu PIB, todavia ainda precisam tomar muitas medidas para que deixem esse grupo. Um relatório da UNCTAD²⁰ publicado em julho de 2009 evidencia algumas destas medidas necessárias:

“Los PMA deberían crear nuevos Estados desarrollistas que se aboquen seriamente a canalizar sus recursos administrativos y políticos al proceso de desarrollo económico. Los PMA necesitan encontrar nuevas formas de gobernanza del desarrollo que se adecuen al siglo XXI. (...)Se debería comenzar a hacer inversiones públicas en infraestructura; atraer recursos privados; adoptar políticas activas, tanto cambiarias como sobre corrientes de capital; deberían fortalecer las instituciones financieras nacionales, reconociendo su importante contribución a la inversión privada y la movilización de ahorros.” (UNCTAD, 2009, p.1)

Dessa forma, serão analisadas as relações brasileiras para com esse grupo de países, a fim de compreender e identificar quais são as parcerias e alianças estratégicas aqui presentes. Os quinze países asiáticos que compõe os PMDR são: Afeganistão, Bangladesh, Butão, Camboja, Kiribati, Laos, Maldivas, Mianmar, Nepal, Samoa, Ilhas Salomão, Timor Leste, Tuvalu, Vanuatu e Yemen. Tendo em vista a dificuldade que se teve em encontrar uma gama de informações que “linkassem” as políticas externas desses países com a brasileira, será feita uma análise breve das mesmas nos principais países que compõe

²⁰ Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Que compoe a da Assembléia Geral da OUN e tem sido utilizada pelos países subdesenvolvidos como um grupo de pressão. Disponível em : http://pt.wikipedia.org/wiki/Confer%C3%Aancia_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_sobre_Com%C3%A9rcio_e_Developimento

esse grupo, apenas para ilustrar o fato de, em alguns casos, haver relações bilaterais que os envolvam sem ser com a conotação PMDR.

Em set tratando do Afeganistão, o Brasil mantém uma postura defensiva. Os dois países firmaram acordos de cooperação técnica no campo a fim de combater a matéria-prima do ópio que é a papoula, e dessa maneira minar a insurgência talibã na região. Tomando o Brasil como exemplo de país agrícola, o Afeganistão pretende assim aumentar sua produção e tomar por experiência o crescimento brasileiro via desenvolvimento agrícola em boa parte. Recentemente o país proporcionou o envio de tropas, atuando mais uma vez na manutenção e resolução dos conflitos.

Com relação ao Timor Leste, as parcerias brasileiras possuem características peculiares comparada com os demais países asiáticos deste grupo²¹. O Brasil possui um papel importante na história de independência timorense devido à herança comum de colonização portuguesa. Em 2008, o presidente Lula ratificou seis acordos bilaterais de cooperação com o Timor Leste, a fim de manter o apoio ao crescimento da jovem democracia. O próprio presidente timorense, Jose Ramos-Horta, expressou seu desejo de estreitar as relações nas áreas de agricultura, pesca e capacidade construtora. Em resposta o presidente Lula disse que “o Brasil ajudará o Timor Leste tanto quanto puder”. Dessa forma, evidencia-se que as alianças entre estes países vão além da mera ajuda ao combate a fome e pobreza, ou apenas firmamento de embaixadas, mas que há de fato, um interesse estratégico por parte do Brasil em manter relações e trocas bilaterais para com o Timor Leste, levando a questão histórica como meio de identidade entre ambos os Estados, mas lembrando da localização timorense na Ásia, onde o Brasil possui concretos interesses em manter estreitos laços de cooperação. O Timor Leste não possui um peso significativo na política externa brasileira, mas é mais uma amostra da diversidade de alianças e ações multilaterais que a diplomacia brasileira vem exercendo perante o sistema internacional.

Mesmo ressaltando algumas das ligações entre o Brasil e os países asiáticos que compõe os PMDR, o acontecimento mais relevante nessa conjuntura e que engloba esses países de uma forma geral é referente às negociações entre MERCOSUL e ASEAN²² sobre um possível tratado de livre-comércio. A ASEAN é composta pela maioria dos países asiáticos do PMDR e possui objetivos específicos, tais como:

“The ASEAN Declaration states that the aims and purposes of the Association are: (1) to accelerate economic growth, social progress and cultural development in the region and (2) to promote regional peace and stability through abiding respect for justice and the rule of law in the relationship among countries in the region and adherence to the principles of the United Nations Charter.” (ASEAN, Overview)

²¹ Com Bangladesh e Nepal, o Brasil firmou embaixadas em 2009, já com Laos tem projetos de parceria por meio do IBAS, visando cooperar com a redução da fome e da pobreza no país.

²² Associação de Nações do Sudeste Asiático. Ver: <http://www.aseansec.org/>

No que diz respeito ao Brasil, os países da ASEAN ocuparam o sexto lugar de destino das exportações brasileiras no ano de 2007, totalizando um intercâmbio comercial de aproximadamente US\$9,2 bilhões num total de US\$11,75 bilhões entre este bloco e o MERCOSUL. Assim, fica claro que os projetos de estreitamento de alianças entre Brasil e Ásia, não se limitam apenas a Índia e China, mas expandem-se de forma sutil para as demais regiões. A lógica de alianças de geometria variável fica mais uma vez comprovada e a idéia de redescoberta pode ser colocada em pauta como ponto de reflexão nesse contexto. A diplomacia brasileira cumpre seu papel de diversidade de coalizões e desenha seu perfil “protagonico”, num sistema multilateral ainda em vias de confirmações sobre os futuros e verdadeiros protagonistas do sistema.

No que tange à região da América Latina e Caribe, o Haiti é considerado um dos países mais pobres e também o único classificado como um PMDR. Apesar da existência de múltiplas afinidades históricas o Brasil foi marcado até o ano de 2004 por intensa ausência de interesse pelo Haiti. A partir de então, percebe-se um ponto de inflexão no modo como este país é percebido pela política externa brasileira, resultando em uma mudança de perspectiva com relação ao clássico princípio da não-intervenção. A defesa de uma igualdade formal entre os Estados começa a dar lugar à “diplomacia da solidariedade” e nesse sentido, o Brasil, não apenas passa a concordar com a ingerência solidária, mas toma a frente da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH)²³. Atualmente, o país tem assumido uma postura mais pró-ativa no sentido de identificar e impulsionar o desenvolvimento de potencialidades locais, colaborando em áreas como saúde, educação, administração da justiça, dentre outras. Sem abandonar seu perfil mediador, o Brasil atua ainda na contribuição do diálogo político dentro do Haiti, caracterizando assim uma multidisciplinaridade na influência brasileira.

No que concerne à relação brasileira com os países africanos de menor desenvolvimento relativo observa-se uma atuação interessante, uma vez que o Brasil desempenha um papel de liderança na região, sobretudo, no que diz respeito à questão agrícola e no apoio ao desenvolvimento desses países. Segundo a UN-OHRLS²⁴ os PMDR africanos são trinta e três²⁵, porém, serão ressaltados aqui os países com relações mais estreitas ao Brasil, a saber: Burkina Faso, República Democrática do Congo (RDC) e Moçambique. Os demais países desenvolvem com o Brasil, acordos, em sua maioria, no setor alimentício,

²³ A Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti ou MINUSTAH, é uma missão de paz criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2004, por meio da resolução 1542 para restaurar a ordem no Haiti, após um período de insurgência e a deposição do presidente Jean-Bertrand Aristide. Disponível em : http://pt.wikipedia.org/wiki/Miss%C3%A3o_das_Na%C3%A7%C3%B5es_Unidas_para_a_estabiliza%C3%A7%C3%A3o_no_Haiti Acessado em 19 de Setembro de 2009.

²⁴ “UN OFFICE OF THE HIGH REPRESENTATIVE FOR THE LEAST DEVELOPED COUNTRIES, LANDLOCKED DEVELOPING COUNTRIES AND SMALL ISLAND DEVELOPING STATES”. Órgão específico da ONU que abrange os PMDR . Disponível em : <http://www.unohrlls.org/>

²⁵ Angola, Benin, Burkina Faso, Burundi, República Centro-Africana, Chade, Camarões, República Democrática do Congo, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Lesoto, Libéria, Madagascar, Maláwi, Mali, Mauritânia, Moçambique, Níger, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Togo, Uganda, Tanzânia e Zâmbia.

agropecuário, de educação, tecnologia e saúde, sendo o governo brasileiro o principal exemplo e provedor de recursos para essas nações.

A partir de 1975 quando iniciaram-se as relações diplomáticas entre Brasil e Burkina Faso, as alianças entre os dois países cresceram em diversos âmbitos. Resumindo-se no início, em troca de votos perante organismos multilaterais, hoje, o relacionamento tem evoluindo. A cooperação técnica apresenta grande potencial no setor agropecuário, como, por exemplo, no combate à desertificação. Apesar das importações de Burkina Faso não possuírem um peso relevante na balança comercial brasileira, não podem ser ignoradas, uma vez que as exportações para esse país, no período de 2000 a 2004, aumentaram em torno de 13 vezes, segundo o MRE, fazendo com que o Brasil transformasse uma relação, que já foi de déficits, em uma de superávits crescentes.

A respeito da República Democrática do Congo, as relações diplomáticas iniciaram-se em 1968. Nos anos 90, a relação entre os dois países foi quase nula. Devido a isso, com o intuito de revitalizar esse relacionamento bilateral, a partir de 2004, visitas recíprocas foram feitas por líderes de ambos os países, demonstrando possibilidades de cooperação e intercâmbio de experiências. Com o Moçambique a parceria com o Brasil é bastante similar à maioria dos PMDR africanos. O país busca, através das alianças estratégicas, desenvolver-se seguindo o modelo brasileiro, principalmente na área econômica e comercial.

As relações bilaterais brasileiras com os PMDR da África basicamente de ajuda oferecida pelo Brasil a esses países nos mais variados setores, como o social e o econômico. O tipo de relação que se estabelece, atualmente, é importante, pois insere o país em uma região até então à margem das grandes discussões no sistema internacional e possibilita o crescimento do Brasil como potência regional. Através de instituições como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Cúpula América do Sul-África (ASA) e a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação e o Programa Mundial de Alimentos²⁶ - sendo a última apontada por organismos internacionais como exemplo a ser seguido - , o Brasil consegue construir uma imagem positiva no sistema internacional. Além disso, essas iniciativas vêm de encontro à decisão expressa pelo presidente Lula de priorizar o aumento do diálogo brasileiro com os países do continente africano.

Considerações Finais

A partir do que foi aqui apresentado, constata-se que a posição da política externa brasileira com relação aos países do Oriente Médio é bastante clara. A retomada de valores intrínsecos a formação do Estado brasileiro a partir da grande miscigenação de povos e culturas, constitui elemento essencial na reaproximação do país à essa região aqui estudada pois revela uma aliança da qual o lastro é representado

²⁶ Treze nações recebem apoio do Brasil para criar ou fortalecer seus programas de alimentação escolar: Cabo Verde, Angola, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Timor Leste, Suriname, Palestina, Bolívia, Colômbia, Haiti, Nicarágua, Guatemala e El Salvador.

pelo respeito mútuo entre as nações e seus respectivos laços culturais. Adotando uma agenda pró-ativa e prioritária, especificamente no governo Lula, o Brasil tem se destacado no sistema internacional como um permanente defensor da paz e estabilidade na região do Oriente Médio. Advogando em prol dos Direitos Humanos, da democracia representativa, desenvolvimento sustentável e da resolução pacífica dos conflitos, o país favorece uma solução baseada no plano árabe para a paz, assim como foi visto anteriormente.

No que tange à questão palestina, o Brasil sustenta uma posição equilibrada, trabalhando para favorecer a criação de dois Estados, um israelense e outro palestino, ambos com condições econômicas viáveis e socialmente reais. Para a consecução destes objetivos, o país tem primado pela seletividade concomitante a uma maior abrangência de suas parcerias estratégicas, visando dar manutenção a uma diplomacia coerente com seus interesses nacionais econômicos, políticos, estratégicos e de defesa. O citado universalismo da política externa brasileira passa pelos conceitos de parceria estratégica, alianças e coalizões, por meio das quais o país evita relações excludentes e assume um perfil mais atuante dentro do sistema internacional de hoje.

Sendo as relações brasileiras com os países da região do Oriente Médio que englobam o CCG, o Irã e o Iraque, essencialmente econômicas, sua manutenção através de parcerias estratégicas torna-se fundamental. Isso ocorre, pois esses países, com exceção do Iraque, são grandes importadores de produtos brasileiros e, além disso, a atual política externa do governo Lula visa aumentar e diversificar suas relações bilaterais, inserindo-se em outras regiões do planeta, visando diminuir sua dependência do mercado norte-americano e aumentar sua projeção no sistema internacional.

Com relação aos Países de Menor Desenvolvimento Relativo, percebe-se um perfil de atuação da política externa brasileira com acentuadas diferenças quando comparado ao efetivado com o Oriente Médio. Isto se observa visto que os PMDR representam países com grande fragilidades e problemas tanto internos quanto externos bastante intensos e que eventualmente poderiam abalar a “estabilidade” de seus parceiros. O Brasil atualmente desempenha um papel mais ativo na consolidação de alianças com estes países, atuando em prol da diminuição das disparidades econômicas, políticas e sociais existentes entre os países desenvolvidos, os em desenvolvimento e aqueles que estão em sua maioria à margem das grandes questões internacionais como os PMDR. Despender maior atenção e executar uma diplomacia solidária tem permitido ao Brasil assegurar seu perfil de mediador e defensor de um mundo mais multilateral onde os países tenham maior voz dentro dos grandes organismos internacionais.

No que tange aos PMDR africanos é possível observar um papel protagonista do Brasil nessa região no sentido em que se destaca neste processo. Além de seguirem moldes brasileiros para seus desenvolvimentos, esses países são mercados consumidores dos produtos do Brasil. Ainda que a parcela de comércio não represente grande expressividade na balança comercial brasileira atualmente, há um grande potencial de evolução, devido à busca do desenvolvimento por parte dessas nações. Em vista disso

e à diretriz de diversificação das relações bilaterais, proposta pelo governo Lula, as relações do Brasil com os PMDR africanos em especial, devem seguir o caminho da prosperidade.

No grupo dos países asiáticos, o que se pode observar é que a gama de relações entre Brasil e os mesmos é feita através dos blocos que os envolvem, ou seja, é feita pela parceria entre MERCOSUL e ASEAN, e as perspectivas para essa coalizão são um tanto otimistas na conjuntura multilateral da política externa brasileira. Em contrapartida, o país que merece respaldo especial no meio desse grupo é, sem dúvida, o Timor Leste, o qual o Brasil já demonstrou afinidade devido a identidade colonial comum e hoje se dispõe a estreitar laços.

Observando atentamente as tendências que se configuram no sistema internacional do mundo Pós-Guerra Fria, pode-se portanto perceber cada vez mais novos movimentos em busca de uma ordem multilateral principalmente por parte dos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento como o caso do Brasil. Forças emergentes têm conseguido desenvolver estratégias que em um futuro podem até estabelecer centros “autônomos” de poder. Nesse mundo provável multilateral, questiona-se, portanto qual será a posição do Brasil, quais as alianças estratégicas que irá tomar, quais coalizões irá formar, quais delas ele irá manter, que lugar no mundo irá ocupar. Acredita-se aqui na defesa da alternativa de preservação das margens presentes de autonomia que o Brasil já conquistou.

Através da implementação das alianças aqui citadas tanto no que tange ao Oriente Médio quanto aos PMDR, o governo brasileiro deve encontrar mecanismos de desenvolver o país internamente, combater a marginalização social, promover bom desempenho econômico e tecnológico, garantindo assim condições de preservar personalidade própria, protagonizando papel de impacto nas relações não só regionais mas também dentro do sistema internacional. As propostas de alianças do Brasil devem possuir um atrativo maior no sentido de que os países acreditem que seja vantajoso participar, efetivando uma co-participação.

Os desafios que o Brasil enfrenta, passam pela articulação de um grupo de alianças internacionais com importantes países quando se tratam de questões convergentes, aproveitando a vocação brasileira de “resolver” ou atuar como mediador na resolução de problemas cruciais desses países, além de explorar os interesses em comum como foi visto na questão palestina e demais conflitos no Oriente Médio. O colapso previsível dos combustíveis fósseis que sustentaram por tanto tempo a evolução do mundo, além da demanda crescente de matérias-primas, que também tendem à escassez, somada a água, adensam ainda mais a complexidade das alianças entre os vários países e a rivalidade entre os blocos já existentes. A aproximação com os PMDR pode funcionar no sentido de envolver uma gama de países dispostos a utilizar seus recursos naturais como barganha para uma menor marginalização dentro do sistema.

O Brasil deve, portanto, estar atento à perspectivas futuras, prevendo até mesmo qual será a localização mais provável dos conflitos relacionados com as formas energéticas predominantes no futuro. Certamente países com recursos naturais abundantes estrategicamente podem ser considerados como alvo de disputas. O Brasil desta forma, tem articulado sua malha de alianças tanto no Oriente Médio quanto

nos PMDR estipulando cenários futuros e projetando sua esfera de contatos diversificados para um status estratégico e de própria defesa de sobrevivência como nação em meio a um mundo cada vez mais pendente a “multipolaridade”.

A *Redescoberta Recíproca* colocada em questão com o título desse trabalho pode ser identificada a medida que o discurso de aproximação entre o Brasil e os países aqui estudados possui base na identidade e afinidade entre eles. Contudo, esta análise buscou explicitar que os arranjos e rearranjos estratégicos que estão intrínsecos a essa redescoberta, não ocorrem somente em função desta afinidade histórica, mas sim em termos de balanço de poder e aumento de influência internacional.

Por fim, cabe ressaltar que se acredita aqui que o Brasil não deixará de priorizar sua estratégia de ocupar posição de líder regional na América Latina para dar lugar as parcerias aqui analisadas, mesmo estas fazendo parte de uma estratégia brasileira de liderança e projeção.

Referências Bibliográficas

ACCIOLY, H., NASCIMENTO E SILVA, G.E. do, CASELLA, Paulo. B. **Manual de Direito Internacional Público**. P.770. 17ª Edição. Ed. Saraiva. São Paulo.

AGÊNCIA BRASIL. **Brasil e Arábia Saudita firmam acordos nas áreas de educação e cultura**. 16/05/2009. Disponível em:
<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/05/16/materia.2009-05-16.1258667869/view>

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL ÁRABE. **Arábia Saudita deve ampliar importação de alimentos em 25%**. 01/09/2009. Disponível em:
http://www.anba.com.br/noticia_opportunidades.kmf?cod=8848218

AGENCIA ESTADO. **Aprenda a ser feliz, sem depender do dinheiro**. 11/12/2008. Disponível em:
<http://www.bemparana.com.br/index.php?n=90715&t=aprenda-a-ser-feliz-sem-depender-do-dinheiro>

AGROSOFT BRASIL. **Brasil ajuda Moçambique a aumentar produção agrícola**. 27/08/2009. Disponível em: <http://www.agrosoft.org.br/agropag/211569.htm>

ARAÚJO, Heloisa Vilhena. **Diálogo América do Sul-Países Árabes**. FUNAG e IBRI. Brasília, 2005.

ASEAN. **Overview**. Disponível em: <http://www.aseansec.org/64.htm>

CÂMARA DE COMÉRCIO E INDÚSTRIA BRASIL-IRAQUE. **Tratados entre a República Federativa do Brasil e a República do Iraque**. Disponível em:
<http://www.brasiliraq.com.br/index.php?page=site.Conteudo&id=23&idmenu=7>

CASA DA CULTURA. **Brasil e Iraque: Relações Perigosas**. 22/03/2003. Disponível em:
http://www.casadacultura.org/Literatura/Temas_Debates/iraque/Brasil_e_Iraque.html

CORREIO DO ESTADO. **Primeira reunião entre Mercosul e Asean acontece no Brasil**. 24/11.2008. Disponível em:
http://www.correiodoestado.com.br/?conteudo=noticia_detalhe&idNoticia=24927

- FARES, Seme Taleb. **O Pragmatismo do Petróleo: as relações entre o Brasil e o Iraque**. Revista Brasileira de Política Internacional. P. 129-145, 2007.
- FERGUSON, Niall. **The axis of upheaval**. Washington , Slate Group, Março/ Abril de 2009.
- FERNANDES, Luis. , CARDIM, Carlos. H. . **Política Externa do Brasil no século XXI**. 1ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.
- FRANCO, Bernardo M. **Brasil cria embaixadas em Bangladesh e no Caribe**. Publicada em 19/02/2009 às 20h56m. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/arquivo/economia/2003/not20030404p15467.htm>. Acessado em 15/09/2009 as 13:56
- G1. **Celso Amorim defende tratado de livre-comércio entre Mercosul e Asean**. 29/02/2008. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL332050-5602,00.html>
- G1. **LULA COBRA ESFORÇO DE RICOS PARA ACABAR COM SUBSÍDIOS AGRÍCOLAS**. 13/09/2006. Disponível em: http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1271128-9356,00.html
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes**. Rio de Janeiro. <http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL1206194-5602,00-NEPAL+ABRIRA+NO+BRASIL+EMBAIXADA+NA+AMERICA+DO+SUL.html>
- JAGUARIBE, Helio. **A Reconfiguração da Ordem Mundial no início do século XXI**. In: Janeiro: Editora Contraponto, 2005, p. 301-337.
- JORNAL CIDADE. **Avança na Câmara projeto que derruba últimas restrições de vistos a estrangeiros**. 01.06.2007 - 12:47. Disponível em: http://cidadebiz.oi.com.br/paginas/39001_40000/39428-1.html
- JORNAL O DEBATE. **Oriente Médio ajuda Petrobras na exploração do pré-sal**. 05/09/2008. Disponível em: http://www.odebate.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=9836&Itemid=21
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. **Brasil e Moçambique realizam primeira reunião bilateral de comércio**. 08/07/2009. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/noticia.php?area=1¬icia=9175>
- NAHES, Ánuar. **Cúpula América do Sul – Países Árabes, um ano depois**. Jornal Correio Braziliense, 11 de maio de 2006.
- O GLOBO. **Banqueiro dos pobres' propõe microcrédito no Brasil**. 12/01/2009. Disponível em: http://cidadebiz.oi.com.br/paginas/39001_40000/39428-1.html
- OLIVEIRA, Amancia J. N.; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel. **Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Brasil, Índia e África do Sul – CONTEXTO INTERNACIONAL** Rio de Janeiro, vol. 28, no 2, julho/dezembro 2006.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o Ibas e o G-20**. Revista Brasileira de Política Internacional. 2005.

- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A Política Externa do Brasil no século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Vertical e Horizontal.** In: Revista Brasileira de Política Internacional. 2008.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Introdução às Relações Internacionais: temas, atores e visões.** Petrópolis: Vozes, 2004.
- REBELO, Aldo. , FERNANDES, Luis. , CARDIM, Carlos. H. . **Política Externa do Brasil no século XXI.** 1ª Edição. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. São Paulo, 13–18 June 2004. Disponível em: http://www.unctad.org/en/docs/tld382_en.pdf. Acessado em: 17/09/2009 – 15:56
- SENNES, Ricardo; BARBOSA, Alexandre F.; GUIMARÃES, Debora M. **Padrões de inserção externa da economia brasileira e o papel da integração sul-americana.** Observatório Político Sul-Americano. Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro IUPERJ/UCAM. Numero 3, março de 2006. Disponível em http://observatorio.iuperj.br/artigos_resenhas/padroes_de_insercao_externa.pdf. Acessado em: 17/09/2009 15:29
- TERRA. **Brasil e Irã buscam aumentar cooperação política e econômica.** 10/09/2009. Disponível em: <http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI3967195-EI7896,00.html>
- UNCTAD XI. **The Spirit of São Paulo.** United Nations Conference on Trade and Development. Eleventh session.
- UOL. **Cooperação Brasil-Moçambique tem viés social e econômico.** 03/09/2007. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/lusa/2007/09/03/ult611u75145.jhtm>
- VIDAL, José,W. , B. . **Desafios Internacionais para o século XXI** .In: REBELO, Aldo. ,
- VIZENTINI, P. G. F. . **Oriente Médio e Afeganistão. Um século de conflitos.** Porto Alegre: Leitura XXI / Novo Século, 2002.
- VIZENTINI, P. G. F. . **Oriente Médio pós-guerra, realidade e preconceitos.** Mundo Jovem, Porto Alegre/ RS, v. XII, 2003.
- VIZENTINI, P. G. F. . **Relações Internacionais da Ásia e da África.** Petrópolis: Vozes, 2007.